



**CIDADE, TERRITÓRIO E REDE NA MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA DO BRASIL:  
A ABORDAGEM SOBRE RONDONÓPOLIS/MT**

*Elias da Silva*  
*Universidade Federal do Tocantins – UFT*  
*77814-970 – Araguaína – TO, Brasil*  
*esilva@uft.edu.br*

**Resumo**

O presente texto aborda a questão da modernização agrária no Brasil, olhando com maior especificidade o caso de Mato Grosso, com base na tríade: cidade, território e rede, na intenção do que estamos formatando como linha teórico-metodológica para aprofundamento em futuras abordagens empíricas. Quando buscamos os pressupostos históricos da formação e modernização territorial do Brasil, e dentro desta a da modernização agrária, a questão da cidade é básica e evidente, embora esta vertente mereça, ainda, esforços no sentido da ampliação desta relação. Na atualidade, esta questão recebe o reforço de outra categoria necessária, a de rede, a qual permite potencializar ainda mais este leque de abordagem. Foi caminhando por esta vertente, que produzimos nossa reflexão sobre modernização territorial e dentro desta a agrária em Mato Grosso, tendo a cidade como base necessária de introdução e consolidação configurada na atualidade em redes do complexo agroindustrial em que a cidade tem se transformado na expressão maior das contradições sócio-territoriais.

**Palavras-chaves:** Cidade, território, rede, modernização agrária, Mato Grosso.

**Abstract**

This text deals with the Agrarian Geography modernization in Brazil, in a glance about Mato Grosso situation with more specificity, based on the triad: city, territory and networks, in what we are intending and formatting them, such as, a theoretical and methodological thought for further future empirical approaches. When we look for the historical assumptions of the territory shape and modernization of Brazil, and within, the Agrarian Geography modernization context, it is basic and obvious regarding the city issue, although this

aspect deserves yet, some efforts to expand this relationship. Nowadays, this issue receives the necessary strengthening of another category, the network, which allows further enhance through this range of approach. It was thinking on this way we have created our thought about modernization of the territory, in addition, the Agrarian Geography in Mato Grosso, and the city as the required basis, currently with a configured introduction and consolidation in networks of agro-industrial complex which the city has become the more contradictory expression of the social territory.

**Keywords:** city, territory, Agrarian Geography modernization, Mato Grosso.

## **Introdução**

Neste texto fazemos um esforço de associação da tríade território, cidade e rede aplicada a Rondonópolis/MT, cidade que tem sido confirmada ao longo dos últimos 30 anos como base territorial de apoio à expansão da soja no cerrado mato-grossense, reunindo condições infra-estruturais e institucionais nos segmentos da produção e transformação, comércio, serviços, pesquisa e organização política.

Com base em alguns autores consideramos que a modernização territorial implantada no Brasil teve direta relação cidade/campo, em que o território foi sendo ocupado desde o início, tendo a cidade como ponto de apoio (AZEVEDO, 1992), permitindo o aumento e interiorização da urbanização (SANTOS, 1993). A modernização que deve ser compreendida desde os primórdios sob o imaginário do moderno europeu, foi acontecendo de forma tal que os grandes engenhos, por exemplo, estavam organizados sob o modo de produção capitalista, contudo, nem por isso as relações de trabalho estavam em sintonia ou obedeciam a lógica capitalista de produção.

Num salto temporal mais ou menos longo, ao buscarmos a história mais recente, sobretudo a partir do período do “Estado Novo” (MORAES, 2008), (DINIZ FILHO, 1994), fica confirmada e mais clara a questão da importância da cidade inteiramente relacionada com o campo e, portanto, como maior potencial de resposta às inúmeras questões que sintonizam cidade e campo. Nesse sentido, parece-nos uma boa brecha a questão da centralização territorial que nos conduz à atribuição da importância da cidade, colocando-a no centro da concentração do poder e do controle sobre a produção. Em suma, ao verificarmos a modernização territorial brasileira focada, sobretudo a partir do período do “Estado Novo”, vislumbramos a importância atribuída à cidade que, mesmo de forma não explícita, deve ser considerada. O incremento técnico-infraestrutural e institucional

atribuído à cidade, a partir desse período, significaram o aprofundamento das relações cidade/campo associado ao adensamento da industrialização, numa intrínseca e mais adensada relação de dependência entre si.

Vale considerar que o enfoque nesta perspectiva nos parece também pertinente para inserir questões urbanas tão graves parecidas “insolúveis” como a da moradia e emprego podendo aqui fazer referência a Amélia Luisa Damiani (2004) a qual analisa a metrópole paulistana, no que podemos afirmar como uma espécie de síntese da caótica situação da urbanização brasileira, esta abrangendo os mais diversos segmentos de segregação socioespacial.

Neste contexto brasileiro a questão da terra em Mato Grosso não está desvinculada da intervenção estatal sobre o território, nem da íntima relação da cidade na modernização do campo pontuada com maior visibilidade a partir dos anos de 1970, considerado o período em que a divisão territorial juntamente com a modernização cidade/campo foram as pré-condições para a introdução da soja, o que fez de Rondonópolis a base territorial urbana que melhor respondeu aos imperativos em termos de atributos como organização infra-estrutural e institucional, organização política dos produtores, respondendo primeiramente também aos imperativos da industrialização e o invólucro de produtos e serviços de sua demanda produtiva. Neste sentido, tendo sido colocada em destaque desde o início, se confirmando ao longo do processo promovendo a viabilização da expansão da soja no cerrado mato-grossense, servindo também como denominador comum em relação às contradições, sobretudo na questão da posse territorial o que tem gerado medidas governamentais paliativas em relação à questão da moradia.

### **A cidade como base contraditória da modernização territorial e agrária do Brasil: O olhar sobre Mato Grosso**

A apropriação territorial no Brasil não pode ser elencada sem termos em questão a cidade que desde os primórdios foi necessária, como ponto de consolidação, dada a sua natureza constitucional concentradora de instituições sociais, tanto no que se refere à consolidação da porção até então apropriada, como ponto de partida para novas conquistas. Nesse sentido o enfoque sobre a cidade e urbanização no Brasil recebe um novo incremento quando associamos a ele questões no âmbito da moradia e do emprego.

Aroldo de Azevedo (1992) estuda a formação e distribuição das cidades no processo de produção territorial e urbanização do Brasil abarcando desde o período colonial até o século XIX. Verifica esse processo no que chama de embriões: as feitorias, ou seja, as chamadas ‘cabeças de pontes’, sinal de posse do território; e os galpões para depósitos das mercadorias de escambo como espelhos, vidrinhos, guizos de cascavéis, pentes, tesouras e/ou ferramentas em geral. As feitorias possuíam caráter militar, com a presença de uma ‘casa forte’ e um policiada caçara sob o comando de um capitão vigia. Considera que realmente a urbanização só se inicia depois da instalação do regime das capitâneas, nas quais os donatários tinham o direito de implantar vilas possuindo termos de jurisdição, liberdade e insígnias de vilas, segundo a forma e costume do reino de Portugal.

No século XVIII, na apropriação territorial do Brasil, acontece o que o autor chama de “a obra de urbanização que alcança o interior”. Afirma que esse é o primeiro grande momento de expansão das cidades e da urbanização brasileira com base na navegação fluvial tendo os rios como as grandes estradas de interiorização. Vilas e cidades são criadas no oeste do Brasil, a exemplo de Vila Bela da Santíssima Trindade, Cuiabá e Goiás Velho, tendo na mineração o elemento novo do processo de urbanização e de produção econômica.

Milton Santos (1993) contempla o fenômeno da urbanização sem se prender à periodização efetuada por Aroldo de Azevedo. Segundo este autor, é no período 1530 – 1720 que se criam e se configura no Brasil uma primeira rede urbana, com a inclusão da Amazônia; logo, um sistema urbano no sentido da expansão geopolítica do território nacional. Ele contempla a urbanização desde o século XIX a partir de São Paulo, que se configura no formato de um sistema urbano com a consolidação da ferrovia e da melhoria dos portos, permitindo maior fluidez do território dali em diante. Isso faz com que a base da industrialização seja atribuída ao sudeste brasileiro, concentrando-se em São Paulo.

A urbanização e industrialização são incrementadas com um novo surto a partir dos anos 30 do século XX, impulsionadas novamente pelo Estado com as mudanças ocorridas de caráter político administrativo, especialmente no que se refere às obras de infraestrutura. De sorte que daí em diante o processo de urbanização e industrialização vai se dar de forma mais distribuída no território brasileiro. As cidades médias, incluindo as capitais dos estados, serão a base da distribuição populacional e o crescimento do setor terciário e uma nova frente urbanizadora nas regiões Centro-Oeste e Norte, impulsionadas

pelo adensamento da modernização agrária e do surgimento do complexo agroindustrial. A esse fenômeno chama de urbanização terciária, cujo ápice se dá a partir do pós-guerra.

Júlio César Suzuki (2009), no texto *Campo e cidade no Brasil - Transformações socioespaciais*, considera que o pressuposto desse fenômeno não pode ser visto como resultado dos processos mais recentes da economia global, mas sim pode ser datado com base no momento de expansão da modernidade e do moderno da expansão ultramarina, constituindo-se na materialização do processo colonizador. Para este autor, essa afirmativa deve estar na base da discussão epistemológica da conceituação do termo cidade e campo, na contemporaneidade, em busca que dê conta de seus novos conteúdos e novas formas. Estes ficam ainda mais difíceis de serem explicados no contexto de constituição dos chamados complexos agroindustriais e, conseqüentemente, no entendimento entre o que se concebe como rural ou urbano especialmente nas mudanças espaciais campo/cidade a partir da década de 1990, em que se verificou a expansão não só das atividades fabris, mas também dos serviços para o campo. Percebe-se a dificuldade de separação, dada a intensificação do agronegócio e seus desdobramentos sobre as relações de produção e trabalho.

O enfoque de Suzuki (2007 e 2009) é bem oportuno para pensarmos a herança político-administrativa de que cidade e campo são possuidores, na direta relação que se implantou em tempos ainda remotos. Suas considerações sobre a modernização campo/cidade datada no Brasil desde seu início, mas, sobretudo a partir de meados do século XIX o adensamento desse processo a partir de meados do século XX. A chegada de Dom João VI dá o passo inicial na criação do Horto Florestal, e depois o transforma no Jardim Botânico, com o objetivo de aclimatar espécies exóticas ao clima do Brasil. Na seqüência, acontece a criação de várias outras instituições voltadas para a pesquisa no âmbito da modernização no campo: a criação do Instituto Histórico e Geográfico, Instituto Agrônomo de Campinas, Politécnica de São Paulo, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz de Piracicaba (Esalq) (p.7).

A modernização agrária inaugura seu período auge nos termos da modernização tecnológica e territorial do século XX, na continuidade do processo de preparação do território para o adensamento do capitalismo. Isso significa, sobretudo, pensar sobre a intervenção a partir do Estado Novo consolidada no período 1960-1980. Na afirmação de

Antonio Carlos Robert Moraes (2008), o Estado brasileiro nesse processo marcou presença mais como Estado territorial para os interesses do capital que como Estado/nação; o povo tem participado apenas como um apêndice do processo e até mesmo como massa de manobra, tanto na questão da ocupação, como nas manobras políticas internas, especialmente em períodos eleitorais. O Estado é o guardião dos mecanismos sustentadores de privilégios, beneficiando a elite em detrimento da grande maioria da sociedade.

Diniz Filho (1003) corrobora afirmando que a centralização imposta pelo governo no período do Estado Novo justificava mais, e acima de tudo, a necessidade da unificação do território para a fluidez da economia capitalista, que os pretextos dos regionalismos criados no período da velha república compoem o sentimento de esforço na construção do nacionalismo, o qual era propagado como bandeira política maior desse período. A centralização ou unificação política do território, assim, impôs mais a unificação que a unidade da nação brasileira. Assim forja-se, ao longo da história da produção territorial do Brasil, um território afinado aos interesses do capitalismo em nome do progresso econômico e social.

Nas considerações de Antonio Carlos Robert Moraes, na continuidade do que se conhece como “modernização conservadora”, o grande empreendimento que consolidou a centralização do poder e a integração política territorial é a construção de Brasília, tendo como fim implícito a interiorização da grande rede urbana brasileira. Nesse contexto, certamente a construção de Brasília fomentou a reestruturação de inúmeras cidades relacionadas ao novo período da modernização do campo no Brasil, considerado em sua fase mais adensada dessa modernização (SUZUKI, 2009), puxada pela estruturação do complexo agroindustrial.

Com base nesse pressuposto os processos mais recentes da modernização agrária parece se misturarem aos processos de modernização urbana de uma forma própria, atingindo as cidades brasileiras em geral, independente de sua escala de importância. Essa característica sugere pensarmos as novas complexidades relativas às questões da modernização cidade/campo. Na atualidade, tal abordagem exige o aprofundamento na conexão ainda maior da cidade com o campo, constituídas pelos chamados complexos agroindustriais, cujo imperativo de organização impõe um espaço vazio de pessoas, porém, repleto de projetos e produção vinculados ao urbano.

Amélia Luisa Damiani (2004) analisa a atual metrópole paulistana. Damiani enfoca na perspectiva da urbanização crítica, a qual pode ser estendida para o conjunto do território brasileiro, o cotidiano das populações da periferia, nos aspectos do mercado de trabalho, da indústria da construção civil e da carência de infraestruturas urbanas, vividos pelos segmentos menos favorecidos. A autora considera que as infraestruturas, uma vez criadas no interior do jogo de interesses dos segmentos dominantes, em sintonia com o Estado, alimentam a segregação socioespacial, cuja materialização está estampada nos diferentes níveis de poder aquisitivo, sob a lógica dos quais se pode falar sobre a real existência ou não do urbano, ou a falta de um urbano digno. Nesse sentido afirma que: *Não há urbano para todos (...)* (DAMIANI, 2004, p.30). Assim, ao falar de uma forma de falência do emprego, de uma economia que se sustenta de sua própria miséria e escassez, no próprio cotidiano das atividades comerciais e de serviços marginalizados, leva-nos a pensar na exclusão que o próprio processo de modernização territorial e agrária.

A questão da renda da terra é o eixo norteador que fundamenta sua crítica, na qual obras como, por exemplo, o “Rodoanel”, canalizam, na periferia metropolitana, a renda capitalizada da terra sob os artifícios “imateriais” do mercado de ações, garantindo maior rentabilidade aos detentores de terras que foram beneficiadas por uma questão de logística urbana de circulação e de acesso ao urbano aprazível da metrópole. Gislaene Moreno (1993), ao abordar a etapa mais recente do processo de modernização territorial e porque não dizer agrária, a partir da década de 1970, em Mato Grosso, no bojo da distribuição privilegiada da terra e da produção e acumulação capitalista, na qual a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT), criada em 1971, tem o papel de prosseguir e melhor promover o processo de colonização no estado até então efetuado.

A partir de 1978 o Instituto de Terra de Mato Grosso – INTERMAT, um dos órgãos ligados à distribuição da terra que mais esteve a serviço dos interesses políticos e econômicos, passa a responder pela política fundiária na questão da regularização da propriedade fundiária, requisito básico de acesso ao financiamento junto aos bancos, enquanto a CODEMAT continua como órgão oficial de colonização. Em 1979, 71,8% dos 881.000 km<sup>2</sup> já eram considerados superfície titulada, com 64,2% correspondendo a títulos definitivos.

Esse último período colocado por Gislaene Moreno, ao mesmo tempo em que marca novo período da apropriação e da legalização da posse da terra no estado, fomenta

também um novo surto de urbanização e modernização no contexto brasileiro de modernização do campo. Vários municípios foram criados com suas respectivas cidades sedes, além do novo incremento infra-estrutural e institucional atribuído às cidades já consolidadas, em sintonia ao novo adensamento da modernização cidade/campo no estado.

(...) a partir da década de 70, 80 novos municípios, todos emancipados, sendo quase a metade resultante da colonização privada. (...) o estado contava apenas com 34 municípios. Termina a década de 1980 com 95 e inicia a década de 1990 com um total de 117 municípios (...) (MORENO 1993, p. 310).

Na criação dos novos territórios já urbanizados pela força colonizadora da iniciativa privada sob os incentivos do Estado, e com a emergência da posse legal da terra, o surgimento das cidades aconteceu como se imaginássemos numa volta ao passado remoto do Brasil em que a fundação das cidades em meio à selva amazônica ou nas áreas do cerrado ainda por serem “desbravados”, como foi os casos de Sinop e Alta Floresta, na área amazônica, no norte do estado e Primavera do Leste e Campo Verde no cerrado da região sudeste de mato-grossense.

(...) o acesso a terra, permitido a colonos ou trabalhadores do campo em geral, e a formação de verdadeiras cidades no meio da selva devem ser entendidos dentro da lógica contraditória do capital, como partes integrantes e necessárias a um único processo: o de construção capitalista do território (MORENO 1993, p. 310).

A modernização cidade/campo verificada em Mato Grosso, especialmente a que traz a marca da soja, iniciada a partir da década de 1970, tem na forte presença do Estado, o imperativo da necessidade da integração econômica de seu território. Neste contexto a cidade, sobretudo as mais consolidadas, foi a base, cuja reestruturação sintonizou a modernização do campo, que não por acaso, teve em Rondonópolis a base territorial urbana que melhor respondeu a esse imperativo associado à herança histórica de sua vocação agrícola e a localização, uma vez que foi transformada “porta de entrada” para Mato Grosso considerada a nova fronteira agrícola que se abria no final dos anos de 1970.

## **Rondonópolis em sua dimensão urbana na expansão da soja no cerrado mato-grossense**

Considerar Rondonópolis como base para a expansão da soja no cerrado mato-grossense exige o elenco dos vários segmentos nos âmbitos da produção, transformação, comércio, serviços, pesquisa e organização política que tem confirmado esta cidade como a melhor base territorial urbana de apoio a esse processo. Se por um lado esses segmentos são atributos que a qualificam positivamente, por outro, oferecem as contradições socioespaciais que não podem ser omitidas uma vez que são inerentes à lógica capitalista de produção.

O segmento da agroindústria, inaugurado na segunda metade da década de 1980 com as empresas: Sadia e Ceval, a primeira vendida em 1996 à ADM e a Ceval, incorporada à Bunge Born, no final dos anos 90, deve ser entendido como base integradora de um leque de outras atividades produtivas nos segmentos do comércio e serviços confirmam um ambiente urbano capaz de colocar Rondonópolis numa espécie de cabeça de rede urbana de apoio à expansão da soja no cerrado mato-grossense. Nesse sentido uma configuração em rede montada nas áreas de produção de soja no cerrado mato-grossense, em cidades como Primavera do Leste, Campo Verde, Sorriso, Diamantino, Lucas do Rio Verde, etc. (GUIMARÃES, 1997). A matéria a seguir demonstra a força de Rondonópolis.

Atualmente, a ADM esmaga em Rondonópolis (210 quilômetro ao sul de Cuiabá) 6,5 mil toneladas (t) de soja por dia, volume que pode chegar a 8,5 mil t/dia no próximo ano com a ampliação do parque fabril. Segundo Rasia, com a soja beneficiada hoje na unidade são produzidas 1,250 mil t de óleo, que geram diariamente como produto final 500 mil litros de biodiesel. (...). Atualmente, só na usina de biocombustível, que funciona anexo à fábrica de esmagamento de soja, são empregados diretamente cerca de 100 funcionários. Em todas as unidades de produção, a multinacional gera cerca de 500 empregos diretos e outros 400 indiretos na cidade. ([www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/adm](http://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/adm))

Confirmando essa pujança o jornal A Tribuna traz o seguinte:

Rondonópolis industrializa cerca de 22% de toda a soja produzida em Mato Grosso por meio das unidades fabris da Bunge Alimentos e da Archer Daniels

Midland Company (ADM), empresas que comercializam o óleo das marcas Soya e Sadia, respectivamente. Este ano, os dois empreendimentos vão beneficiar cerca de 3,5 milhões de toneladas (t) do grão. (...). Anualmente a Bunge industrializa cerca de 1,5 milhão/t da commodity, de onde são extraídos produtos como óleo vegetal e farelo. (*A Tribuna*, 15 de junho de 2009).

A herança histórica é de suma importância para a o desvendamento da atualidade e a continuidade do processo de produção neste complexo. Neste sentido, as duas maiores empresas agroindustriais instaladas na cidade, responsáveis pelo início da agro industrialização e a geração dos produtos fundadores das cadeias grãos/carnes, ADM e Bunge, continuam, na atualidade, a desempenhar papel importante como carro-chefe da agro industrialização deste complexo, oferecendo as bases para a diversificação das cadeias industriais, a exemplo do segmento dos insumos químicos.

O gerente de processos da Bunge em Rondonópolis, João Dal-Bó, destaca que quando a empresa iniciou o beneficiamento da oleaginosa na cidade a produção era de 1,5 mil/t de óleo por dia. Atualmente são fabricadas diariamente 5,5 mil/t. Naquela época o óleo de soja produzido na planta era refinado em outras unidades da empresa. Agora, a unidade tem capacidade de beneficiar 1,2 mil/t por dia, o que equivale a uma produção de 50 mil caixas de óleo de soja (cada uma com 20 unidades de 900 mililitros). (*A Tribuna*, 15 de junho de 2009).

Conforme a mesma matéria, a atualidade destas duas grandes empresas locais demonstra um crescimento vertiginoso em quase 200% em relação ao início das atividades, no final da década de 1980.

Também, na atualidade, este segmento tem demonstrado o processo de diversificação na produção industrial com a derivação de outros produtos, o que significa estar em efetivação a verticalização industrial nos vários produtos oriundos do esmagamento da soja. A matéria acessada em 29 de junho de 2009 no site: [www.quimicaederivados.com.br/fertilizantes4.htm](http://www.quimicaederivados.com.br/fertilizantes4.htm) traz um panorama sobre as gigantes: Bunge, Cargil e ADM.

(...) A cadeia produtiva de grãos e derivados no Brasil apresenta elevado grau de integração. Os grupos Bunge, Cargill e a Archer Daniels Midland (ADM) exemplificam a aplicação do conceito, atuando em todas as etapas de produção e

comercialização de produtos. Bunge e Cargill são sócias na Fertifos (controlando a Fosfertil Ultrafertil), e compraram ao longo do último decênio vários misturadores importantes, como IAP, Manah e Ouro Verde (Bunge/Serrana) ou Solorrigo e Fertiza (Cargill). A ADM, sem contar com suprimento próprio de insumos fertilizantes, compra-os no mercado local ou os importa, valendo-se de sua experiência em comércio exterior e logística. Em 2002, a ADM inaugurou sua misturadora própria de fertilizantes em Rondonópolis-MT, que pode processar 3 mil t/dia de insumos. Totalmente automatizada, a unidade formula adubos específicos para soja, milho, feijão e algodão, entre outras. Atualmente, a unidade está em fase de ampliação para 4 mil t/dia, a ser concluída até o final de junho deste ano. (...). Na outra ponta da cadeia, a ADM opera a maior linha singular de envase de óleo de soja do mundo. Instalada no parque industrial de Rondonópolis, é capaz de encher 25 mil garrafas de óleo por hora. (<http://www.quimicaederivados.com.br/fertilizantes4.htm>).

O crescimento da economia agroindustrial na região tem transformado a cidade de Rondonópolis no locus privilegiado do comércio e dos serviços especializados, a exemplos das empresas de insumos e implementos agropecuários, dos serviços técnicos em acessórias agrônômicas, mecânicas especializadas, serviços de telefonia rural, agricultura de precisão processada por *Global Position System* (GPS), serviços de pesquisa biotecnológica, enfim, um leque de atividades comerciais e de serviços cuja demanda do complexo já exige que a cidade os ofereça. Constatam-se, no caso dos segmentos do comércio e serviços, empresas instaladas em Rondonópolis com filiais ou algum tipo de extensão de atendimento em cidades como Primavera do Leste e Campo Verde, distantes cerca de 150 km, tendo na Iguaçu Máquinas, revendedora de máquinas e implementos agrícolas um grande exemplo.

O sucesso da organização do segmento dos produtores de sementes com base na capacidade de instituições como a Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (APROSMAT) criada na década de 1980 em Cuiabá e transferida para Rondonópolis no final desta década pela força política dos produtores e pela comodidade logística atribuída a esta cidade acaba garantindo segurança ao segmento em relação à pesquisa e proteção na comercialização de sementes tanto no estado como fora dele. É o que mostra a matéria a seguir em que a APROSMAT lança campanha de valorização de sementes no estado, alertando e preparando os produtores compradores de sementes

contra as chamadas *sementes forasteiras*. Aspectos como o alto índice de utilização das sementes produzidas no estado, a proteção de divisas no que se refere aos *royalties*, o aspecto da fragilidade ambiental no âmbito da biodiversidade e o aspecto da celebração da força local como um forte discurso, com a menção à cidade de Rondonópolis, como sede da instituição, estão presentes em alguns trechos da matéria.

Com uma produção estimada em 5,5 milhões de sacas na safra 2008, Mato Grosso tem apresentado crescimento significativo no plantio de sementes. Hoje, com a boa produtividade, menos de 30% das sementes utilizadas por produtores de soja no Estado são importadas de outros estados ou países. Como forma de valorizar o mercado mato-grossense, além de coibir problemas como aparecimento de doenças em lavouras, oriundos desse tipo de semente, a Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat) lançará no próximo dia 7 de março a campanha ‘Sementes Forasteiras: Produtor, não plante no escuro ([www.agrosoft.org.br/agropag/100108.htm](http://www.agrosoft.org.br/agropag/100108.htm)).

Sintonizada à Aprosmat os produtores de sementes criam, a partir de 1990, a Fundação de Pesquisa de Mato Grosso (Fundação-MT) no impulso da necessidade de superação das dificuldades de sustentação nos níveis de produtividade da soja no cerrado. Carlos Alberto Franco da Silva (2003) afirma que a história da Fundação MT se dá no contexto da crise no sistema de produção de soja, em face da presença de pragas, doenças e das dificuldades, no período de 1980, da produção de sementes no estado de Mato Grosso, que dependia da produção do centro sul do Brasil.

A Fundação Mato Grosso, apesar de não ser uma empresa do Grupo André Maggi, tem um papel fundamental na logística de comercialização de grãos e de algodão em escalas nacional e internacional. As estratégias de estímulo à comercialização de soja implicam um constante rearranjo dos objetos (formas) que compõem o ordenamento territorial da corporação, do qual a Fundação MT é apenas um dos fixos que viabilizam interações espaciais estratégicas com o grupo (SILVA, 2003, p.167).

Com base em Silva (2003) podemos afirmar que Rondonópolis exerce papel de logística, a partir da qual se explica o porquê de esta cidade ser a sede do Grupo André Maggi. Como um dos elementos mais importantes de atribuições a Rondonópolis no

âmbito da expansão da soja no cerrado mato-grossense, o Grupo André Maggi institui esta cidade como cabeça de sua rede urbana brasileira, a qual está distribuída em três níveis: o de gestão geral em primeiro nível das decisões dos negócios – Rondonópolis; as de apoio aos serviços de consultorias, transações portuárias e comercialização de bens agrícolas da Bolsa de Mercadorias e Futuros – São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá; e as demais cidades em Mato Grosso, em que as empresas do grupo funcionam como filiais, possuindo atuação própria. Isso configura uma corporação multifuncional e multilocalizada descentralizada em sua gestão.

A confirmação de Rondonópolis no âmbito da logística refere-se ao Parque de Exposições Wilmar Peres de Farias cujo evento chamado Exposul fecha o calendário de eventos menores de exposições agropecuárias por várias cidades das áreas produtoras de soja de Mato Grosso. O *Parque de Exposições Wilmar Peres de Farias* tem se transformado numa vitrine a serviço do complexo, sendo estratégico, sobretudo quando o assunto é lançamento de novos produtos, que sejam sementes melhoradas, quer sejam animais, mas também no que se referem a lançamentos em máquinas e implementos agrícolas, carros e caminhões.

Abordando a herança histórica, é importante verificar que este parque de exposições, reinaugurado em 1994, no auge de implantação do complexo, guarda um passado mais distante, tendo sua fundação na década de 1970 (PRODUTOR RURAL, JULHO DE 1997).

Nesse ambiente marcado por contradições da acumulação capitalista, da técnica e da riqueza de um lado, de outro, a pobreza em sua dimensão urbana. A cidade expõe facilmente as mazelas da segregação socioespacial característica, com condomínios de luxo, a exemplo do *Village do Cerrado*, e ocupações irregulares, a exemplo da área da prefeitura próxima ao córrego do *Escondidinho*.

Nesse sentido, entendemos cidade e campo como faces da mesma moeda, como dimensões que interagem, pois ambos se formam e se organizam sob a mesma base: a posse da terra e a produção das diversas territorialidades produzidas na consciência de classe nos diferentes segmentos sociais.

Segundo se verificam, os ocupantes das diferentes áreas expressaram interesse pela moradia e a maioria tem origem ainda ligada ao meio rural. De qualquer forma, o

sentimento geral dos ocupantes fica estampado no que consideram como falta de oportunidade de condições dignas de vida, as quais a cidade lhes nega.

É neste contexto que a cidade como complemento do campo e vice-versa é também a saga dos que têm lutado pela posse territorial, sobretudo nas invasões urbanas em áreas públicas e até mesmo particulares. Não se resolve esse problema apenas construindo moradias e vendendo-as em condições acessíveis às populações menos abastadas; ainda: nem mesmo doando moradias às populações carentes se resolverá o problema das invasões urbanas, pois estas são a forma simbólica de manifestação dos excluídos da posse territorial básica de reprodução da vida.

No contexto político atual da cidade de Rondonópolis, a luta pela posse da terra continua sendo exercida como resultado da forma como o território foi apropriado, no âmbito de uma economia agrária cuja modernização concentrou a terra em poucas mãos, sobretudo no âmbito da soja. O agravamento desta questão pode ser sentido na reportagem a seguir.

(...) Na primeira invasão ocorrida no Parque São Jorge, na noite de quinta-feira (1º), 50 famílias invadiram uma área pública reservada à construção de espaços de cultura e lazer para a comunidade e, uma segunda área pertencente a OAB, que já se pronunciou que vai ajuizar uma ação de despejo e reintegração de posse na Justiça Federal. Ontem, pela manhã, um novo grupo também de 50 famílias, invadiu uma área pública de aproximadamente 2 hectares, localizada nos fundos do Loteamento Farias, ao lado do linhão da Eletronorte, que segundo os próprios moradores, estaria destinada à construção de escolas e áreas de cultura e lazer para a comunidade. No fechamento desta edição, mais duas ocupações estavam em curso, desta feita no Distrito Industrial e no Residencial Carlos Bezerra. (...). (A Tribuna, 04 de janeiro de 2009).

Pelo menos dois aspectos importantes podem ser observados até aqui: primeiro, o número de áreas invadidas em curto espaço de tempo, o que significa haver uma organização social politicamente orquestrada nesse processo; segundo, o aspecto quanto ao tipo de áreas, a exemplo da área sob o *linhão* de alta tensão da Eletronorte na cidade, que não deve ser aproveitada para usos residenciais ou para áreas de lazer ou práticas culturais. Esses dois aspectos servem, pelo menos como indicadores, para pensarmos sobre a questão da apropriação do solo urbano em Rondonópolis, numa aproximação ao estudo de Julia

Adão Bernardes (2003) sobre *Os espaços urbanos necessários na Dinâmica do Agronegócio no Cerrado Mato-grossense: Problemas e Desafios*, em cujas práticas de produção do urbano é frequente não privilegiar as áreas para espaços públicos, evitando os encontros, as festas e a maior sociabilidade.

A questão das ocupações em áreas ilegais ou inadequadas para moradia, fruto da própria exclusão do direito à propriedade da terra, parece ter seu combate no constante processo de produção de moradias populares. O Estado, ao estar concluindo um conjunto habitacional, já está construindo mais 500 casas com inauguração e entregas para breve.

O que nos parece um círculo vicioso de expansão horizontal urbana sob mínimos critérios de qualidade ambiental urbana é a justificativa para afirmarmos que a vida não se reproduz apenas enquanto moradia, mas também enquanto trabalho, educação, saúde, alimentação, lazer e, nesse sentido, a cidade tem se tornado, no Brasil, um lugar hostil e excludente como o estudo sobre São Paulo efetuado por Damiani (2004), especialmente no que se refere ao desemprego estrutural, alimentado pela adoção, cada vez maior, de componentes tecnológicos na produção. A forma como a terra está distribuída explica e está na base dessa situação de penúria à qual grande parte da população brasileira está submetida, tanto nas metrópoles como nas cidades médias e até mesmo nas pequenas cidades.

Como lugar hostil e excludente e pensando no que Damiani analisa sobre a urbanização brasileira, tendo como exemplo São Paulo, pode-se afirmar que as áreas urbanas de concentração de pobreza em Rondonópolis, são as que registram os maiores índices de violência, associada às péssimas condições de vida da população, conforme analisa Vieira Neto (2000).

### **Considerações Finais**

Na busca da reconstituição dos processos, abriu-se uma brecha no tempo e no espaço que remontou ao período imediatamente anterior ao da década de 1970, pensando na lógica da herança da modernização cidade/campo subsidiada com base na herança da modernização territorial brasileira, cujo adensamento pode ser assumido a partir do período do *Estado Novo*, contexto que permitiu-nos afirmar sobre o adensamento da modernização territorial e agrária local a partir da década de 1970, marcada pela consolidação da urbanização e industrialização da agricultura, no que se concebe como complexo agroindustrial.

Foram, também com base nesse contexto, que buscamos, em nossa pesquisa, justificar o novo momento da modernização territorial e agrária de Mato Grosso, sobretudo em Rondonópolis, procurando argumentar a importância deste com base nos desdobramentos pretéritos ou do espaço prévio, estes como um dos componentes que não devem ser desprezados, sobretudo pela escolha teórico/metodológica por nós assumida.

Acreditamos que este *norte*, ou rumo, nesse sentido, abriu-nos a possibilidade de novos enfoques do tripé: cidade, território e rede no enfoque da questão agrária, pelo menos para pensarmos as questões menores da propriedade da terra, da moradia e do emprego, verificando, particularmente, as contradições socioespaciais cidade/campo nas áreas dos chamados complexos agroindustriais, não só em Mato Grosso, mas no Brasil como um todo.

Assim, em perspectiva, o cerrado mato-grossense estrutura um modelo agroindustrial em consolidação que não pode prescindir da importância atribuída à cidade de Rondonópolis cuja elite procura perpetuar sua reprodução ampliada com base na esfera política estatal, obedecendo à herança datada, sobretudo, a partir das pré-condições, ou do espaço territorial à soja. Assim, não só no decorrer do processo e na atualidade, mas também em projeção, pode-se afirmar a importância de Rondonópolis na expansão da soja para além dos limites do cerrado mato-grossense, particularmente do sudeste do estado.

Conclui-se confirmando que a expansão da soja no cerrado mato-grossense deve ser verificada desde suas pré-condições, anos de 1970 até a atualidade, a qual está diretamente ligada às iniciativas empreendedoras, direta e indireta do Estado em seus diferentes níveis de atuação, cujo marco histórico foi decisivo para a seqüência de desdobramentos associados entre iniciativas públicas e privadas, numa *orquestração de interesses* que vem se perpetuando ao longo de mais de 3 décadas. O que deverá se confirmar para o futuro ainda mais o papel de Rondonópolis no contexto de consolidação da economia sojifera do cerrado mato-grossense, a partir do sudeste do estado, particularmente desta cidade, confirmando a sua reprodução em escala ampliada também das desigualdades socioespaciais.

## **Referências**

**RONDONÓPOLIS**, A Tribuna. **Industrializa 22% da produção do estado**. Rondonópolis, 04 de janeiro de 2009.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidade do Brasil Colonial (Ensaio de geografia urbana retrospectiva). **Terra Livre**. São Paulo, nº 10, p. 23-78, janeiro-julho, 1992.

BERNARDES, Júlia Adão. Dinâmica do Agronegócio no Cerrado Mato-grossense: Problemas e Desafios. In: **INTERGEO Interações no espaço geográfico**. Departamento de Geografia {do} Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS Campus Universitário de Rondonópolis CUR {da} Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT Rondonópolis MT, Ano III, Vol. III n° 3, 2003.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs) **Geografia de São Paulo: Representações e crise da Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p.19-58;

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. **O grande Cerrado do Brasil Central: Geopolítica e economia**. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH. Departamento de Geografia. Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, Marlene M. M. **Nível técnico, organização do trabalho e reorganização do espaço: o caso da indústria de esmagamento da soja em Rondonópolis Mato Grosso**. Tese de Mestrado. Orientadora Dr<sup>ª</sup> Júlia Adão Bernardes. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato grosso: Políticas e Mecanismos de Burla – 1892 – 1992**. Cuiabá-MT. Entrelinhas: Ed/UFMT, 2007.

PARQUE, de exposições Wilmar Peres de Faria. **Produtor Rural**. Julho, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Carlos Alberto da. **Grupo André Maggi, Corporação e Rede em Áreas de Fronteira**. Cuiabá, Entrelinhas, 2003.

SUZUKI, Júlio César. **Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura**. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FACALDE, Ivanira. *Tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 2 – 23.

VIEIRA NETO, José. **A Urbanização e a problemática ambiental no Centro-Oeste do Brasil: O caso de Rondonópolis – MT**. São Paulo: USP/FFLCH/Departamento de Geografia, 2000.

### Referências em Sites

[www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/adm](http://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/adm)  
[www.quimicaederivados.com.br/fertilizantes4.htm](http://www.quimicaederivados.com.br/fertilizantes4.htm)  
[www.agrosoft.org.br/agropag/100108.htm](http://www.agrosoft.org.br/agropag/100108.htm)